



Comissão de Viação e Transportes - CVT

Audiência Pública

Tema: Infraestrutura do Sistema Portuário Brasileiro

Brasília, 19 de agosto de 2025

Regimes Jurídicos de Exploração do Setor Portuário Nacional





PANORAMA DO SETOR PORTUÁRIO NACIONAL

- 1) **Movimentação dos portos no Brasil bateu novo recorde em 2024: de 1,32 bilhão de toneladas, registrando alta de 1,18% em comparação com 2023, ano em que já havia registrado seu maior resultado.**
- 2) **Os portos do Brasil registraram, em março de 2025, a movimentação de 113,7 milhões de toneladas, avanço de 5,49% em relação ao mesmo mês do ano anterior e maior patamar já alcançado na série histórica monitorada pela Antaq.**
- 3) **Porto Itapoá abre 2025 com recorde de movimentação mensal.**
- 4) **Porto de Suape registrou em agosto/2024 a maior movimentação de cargas em um único mês, desde o início das operações, há 45 anos.**
- 5) **Porto do Itaqui registrou a maior movimentação de cargas da história em março/2025, ao movimentar 3,29 milhões de toneladas de cargas, crescimento de 14% em relação ao mesmo mês do ano anterior.**
- 6) **A Portos do Paraná fechou 2024 com maior movimentação da sua história, com 66.769.001 toneladas, crescimento de 2,1% com relação ao ano de 2023.**





DESAFIOS PARA O SETOR PORTUÁRIO NACIONAL

- 1) Investimentos em ferrovias de norte a sul e de leste a oeste do país;
- 2) Produção de óleo e gás do Brasil, no médio prazo, atingindo níveis dos países que integram a Opep;
- 3) Iminente entrada do Brasil para a OCDE com consequente abertura da economia a novos mercados internacionais;
- 4) Programa de incentivo à navegação de cabotagem, também conhecida como BR do Mar;
- 5) Retomada da indústria naval brasileira;
- 6) Crescimento orgânico dos mercados com PIBs futuros positivos; e
- 7) Utilização de infraestrutura portuária para projetos de geração de energia renovável.



PROPOSTA P/ ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS

- 1) Melhoria no ambiente de negócios (previsibilidade, segurança jurídica e estabilidade regulatória) para a atração de novos investimentos;**
- 2) Desburocratização e descentralização de competências visando dotar o setor de maior celeridade na aprovação de investimentos;**
- 3) Ajuste no modelo de governança das Autoridades Portuárias introduzindo novas regras para contratação e celebração de contrato de gestão com o Poder Concedente;**
- 4) Planejamento do complexo portuário com visão de *cluster*;**
- 5) Promoção de ganhos de produtividade mediante a absorção de novas tecnologias e inovação;**
- 6) Agenda ESG potencializando o porto como indutor de desenvolvimento sócio econômico nas relações Porto-Cidade e Porto-Indústria (ZAL e ZPE).**



PAUTA NO LEGISLATIVO

- 1) Reforma tributária, sua regulamentação e implantação paulatina;**
- 2) Nova Lei das Concessões;**
- 3) Nova Lei dos Portos;**
- 4) Lei do Licenciamento Ambiental;**
- 5) Combustível do futuro;**
- 6) Eólicas *offshore*;**
- 7) BR dos Rios (BR do Mar ainda não regulamentada pelo Executivo).**



AVANÇOS SETORIAIS RECENTES

- 1) Privatização da CODESA e concessão dos portos organizados de Vitória, Vila Velha e Barra do Riacho;**
- 2) Leilão de arrendamentos portuários no atual governo (cerca de 35 áreas até 2026);**
- 3) Leilão do arrendamento da chamada “Área do Meio” no porto organizado de Itaguaí;**
- 4) Potencial leilão de áreas portuárias estratégicas no porto de Santos (STS10 e STS08);**
- 5) Transferência do terminal de passageiros Concais no porto de Santos;**
- 6) Futura concessão do canal de acesso do porto organizado de Paranaguá cujos estudos já foram aprovados pelo TCU;**
- 7) Potencial primeira concessão hidroviária no país (Rio Paraguai, tramo sul);**
- 8) Desenvolvimento do modelo de parceria FIPS.**

REFORMA DO SETOR PORTUÁRIO (PL 733/2025)

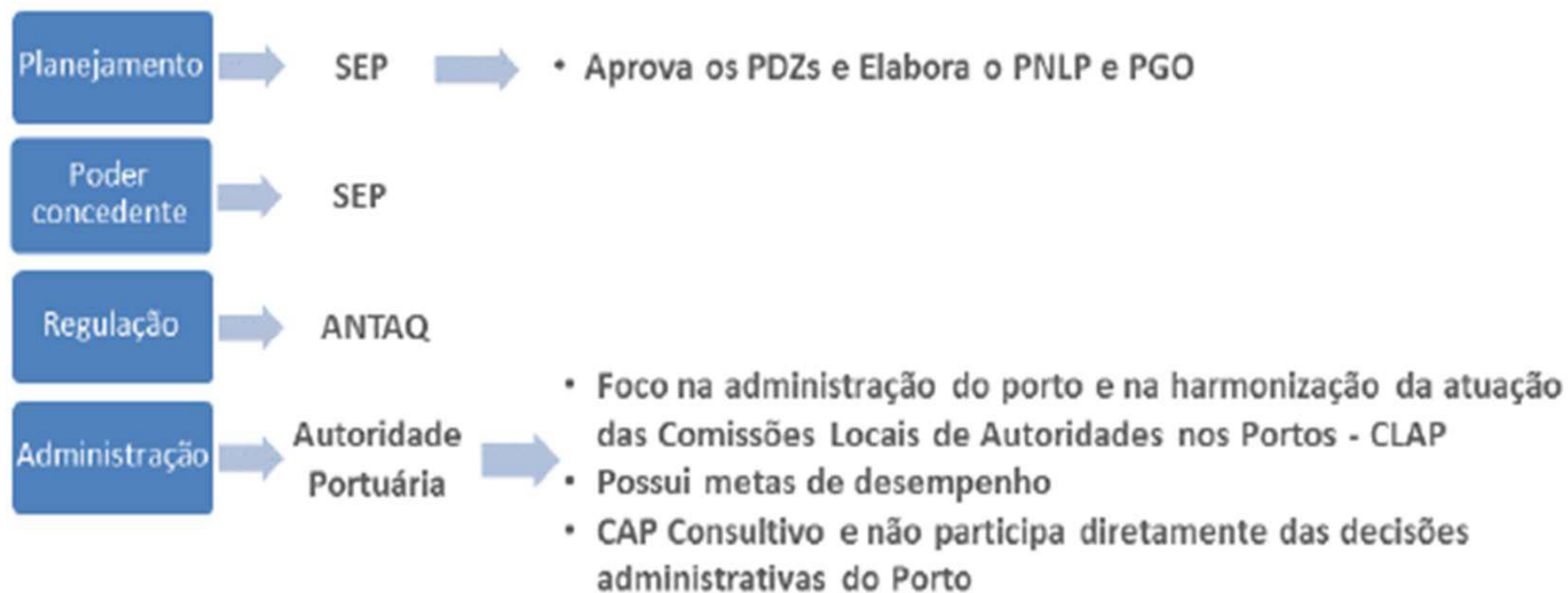


- 1) Descentralização;
- 2) Desburocratização e simplificação de licitações portuárias;
- 3) Relação Capital x Trabalho (fim da “exclusividade” de vinculação do trabalhador junto ao OGMO);
- 4) Modelo de governança das autoridades portuárias;
- 5) Nova configuração/atribuições do CAP;
- 6) Implantação do contrato de gestão;
- 7) Licenciamento ambiental holístico (*cluster portuário*);
- 8) Fortalecimento da Antaq;
- 9) Programa Nacional de Dragagem Portuária;
- 10) Conceito de Economia Azul, Mudança no Clima e Descarbonização;
- 11) AIR para todos os entes com competência normativa.

Antes da MP 595/12



Após a MP 595/12





Obrigado!!!

Mário Povia
mario.povia@terra.com.br
(21) 96771-9010